Eixo 1: Práticas de inclusão escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino
Relato de experiência

Reflexões da práxis pedagógica de uma professora autista

Rafaela dos Santos da Silva Araujo

PREFEITURA DE ITAQUAQUECETUBA - SP
Pedagoga, especialista em Direito Aplicado à Educação, Legislação Educacional e Políticas Públicas. E-mail: rafaela.araujo.prof@gmail.com

Resumo: Trata-se de uma reflexão da práxis pedagógica da pesquisadora que é professora autista atuante nos anos iniciais do ensino fundamental. A presente reflexão, de modo sucinto, surgiu de algumas indagações presentes na sala de aula em diálogo com os alunos nos quais dialogavam sobre suas particularidades e singularidades. Estes diálogos possibilitou a própria professora olhar para si e para a sua trajetória discente e docente. Partindo das informações levantadas pelos alunos a professora pode ir na busca do conhecimento de si e das tantas dificuldades que teve ao longo do processo por ser uma pessoa neurodiversa. A reflexão tem como base a perspectiva da emancipação social de Paulo Freire sob as categorias consciência ingênua e consciência crítica de Álvaro Vieira Pinto.

Palavras-chave: Autismo, Prática pedagógica, Pedagogia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma reflexão da práxis pedagógica da pesquisadora, autista portanto pessoa com deficiência, e sua relação com a emancipação humana à luz de Paulo Freire a partir das categorias consciência ingênua e crítica de Álvaro Vieira Pinto. Para tanto, retomaremos alguns conceitos sobre educação e práxis pedagógica de forma sucinta, haja vista que cada um destes possui suas complexidades que partilham de uma unidade dentro de uma totalidade.

O conceito de educação é de imensa complexidade, pois quando se fala em educação logo se pensa nos conteúdos, métodos, currículos formais, ou seja, pensa-se mais na natureza técnica, mas a educação é uma totalidade, isto é, existem inúmeras unidades desde as relações sociais que se desdobram dentro e fora da escola às intencionalidades que juntas formam esta totalidade, portanto não se resume à racionalidade técnica, vai além, abrangendo as intencionalidades das próprias relações sociais que podem ser alienadas, excludentes, democráticas, embora a junção de todos esses aspectos se mostre contraditória.

Segundo Pinto (1987, p. 30),

> a educação possui caráter histórico-antropológico e apresenta doze características a saber: a) é um processo; b) é um fato existencial; c) é um fato social; d) um fenômeno cultural; e) em determinadas sociedades ela é um privilégio de um grupo ou classe social; f) se desenvolve sobre o fundamento do processo econômico da sociedade; g) é uma atividade teleológica; h) é uma modalidade de trabalho social; i) é um fato de ordem consciente; j) é um processo exponencial; k) é concreta por essência; l) é contraditória por natureza.

Cada uma dessas características apresenta pressupostos que em sua totalidade demonstra o quanto é complexo o fenômeno educação, portanto, não se aprofundará nestas características, deixando ao cargo do leitor suas próprias reflexões a partir de cada uma delas, todavia, vale ressaltar que a reflexão de todas essas características nos conduz à uma educação que pode ser sob o viés da emancipação humana como no caso da reflexão da pesquisadora.

Tratando-se de reflexão, temos então a práxis pedagógica, mas em que ela consiste? “A práxis é um movimento operacionalizado simultaneamente pela ação e reflexão, isto é, a práxis é uma ação final que traz, no seu interior, a inseparabilidade entre teoria e prática.” (GHEDIN, 2008, P. 133). Isto significa que é a reflexão da ação e ação na reflexão e a cada ação final torna-se um novo fato para uma nova reflexão da realidade que foi transformada, portanto, “a ação, puramente consciente da ação, não realiza em si uma práxis”. É preciso estar direcionada por uma teoria; cada indivíduo traz consigo seus pressupostos sobre homem, escola, sociedade etc. que juntos formam sua ideologia que são refletidas em teorias, mesmo que a pessoa atue de forma ingênua ela carrega consigo ideologias que são refletidas em teorias.

Dada essa situação, torna-se relevante pensar sobre para que tipo de sociedade a educação se dispõe? Que tipo de sociedade quer se formar? Veja que apenas nestas duas questões há uma contradição, pois, a educação é disposta para um tipo de sociedade que pretende perpetuar seus saberes, em contrapartida ela se transforma (PINTO, 1987), todavia, a reflexão dessa contradição só é possível devido à práxis pedagógica, pois o educador reflete sobre a sua prática e sobre as questões implícitas que dispõe. E é nesse contexto de contradição e práxis que surgiu uma inquietude na pesquisadora: Como foi possível descobrir-

me autista apenas quando me tornei professora? As minhas diferenças de agir e ver o mundo algum dia foram objeto de inquietude em algum professor durante o meu percurso discente? Quais situações sociais permitiram-me tornar professora enquanto muitas pessoas com deficiência sequer permanecem na escola? Veja que foi na minha ação docente que pensei nas questões que me fizeram chegar aqui. Trata-se da práxis, esta por sua vez sendo a transformação e emancipação da própria educadora que refletindo sobre a sociedade e na sociedade em que se encontra, e enquanto docente continua discente, pressuposto esse que vai ao encontro do que já dizia Paulo Freire (1996, p. 23) “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

REFLEXÃO

Nesse sentido parto da premissa de que a escola, principal instituição da educação formal, carrega consigo uma função social e tem pressupostos sobre qual sujeito pretende formar e para qual tipo de sociedade. Trata-se de um fenômeno complexo carregado de ideologias que muitas vezes vêm camuflados com discursos como: formar para a cidadania e para o mundo do trabalho, desenvolver competências sócio emocionais entre outros, entretanto, há uma contradição entre os discursos proclamados sobre igualdade de condições e uma educação de qualidade que atenda a todos, sobretudo àqueles de classes populares: negros, pobres, gênero, pessoas com deficiência entre outros. Muitas vezes são vistos apenas pela sua condição que os identifica e nada mais, pois a escola ainda não atende a todos em igualdade no que diz respeito à permanência, para tanto podemos ver as pesquisas sobre a luta dessas pessoas por espaços no currículo, nas escolas, nas representações sociais, por reconhecimento da sua diferença e respeito à diversidade. (ARROYO, 2013)

Pessoas com deficiência enquandram-se neste contexto de luta, no entanto, as vozes que ecoam nos espaços escolares vêm, em sua maioria, de outrem e não da própria pessoa com deficiência e nesta situação ocorre o que chamamos de capacitismo.

O capacitismo é uma categoria que define a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes, inclusive de falar por si como é o caso que ocorre frequentemente

nas escolas e isso é um fenômeno que atrapalha a inclusão social de pessoas com deficiência pois o capacitismo

> está intimamente ligado à corponormatividade que considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões corporais/funcionais hegemônicos. Atitudes capacitistas contra pessoas com deficiência refletem a falta de conscientização sobre a importância da inclusão e da acessibilidade para as pessoas com deficiência" (MELLO, 2016).

Existe uma inclusão excludente que segrega aqueles que não seguem uma normalidade, ou seja, fogem do "padrão". Recordando as minhas questões de infância e adolescência é possível perceber que estive diante de capacitismos por parte de alguns professores. Naquela época não tinha esse termo, o mais apropriado seria preconceito. Darei um exemplo de umas dessas situações:

Aos 4 anos de idade eu já sabia ler de forma fluente e escrevia muito bem, aprendi sozinha em casa. Insisti aos meus pais que queria estudar para aprender mais pois sempre gostei de aprender, então fui para a educação infantil e a professora adaptou os meus estudos que eram muito mais avançados que os demais alunos. Eu tinha materiais exclusivos de acordo com as minhas potencialidades, mas quando fui para o ensino fundamental as coisas mudaram. Eu sofri diversos tipos de violências – psicológicas e físicas - pela minha professora da antiga primeira série do ensino fundamental, segundo ela, eu teria que fazer as mesmas coisas que os demais, parar de ser birrenta, parar de "querer se aparecer". Como eu relutava em não querer fazer cópia de família silábica eu levava tapas e tinha que ficar com o dedo em cima de um ponto na lousa com o braço esticado, naqueles momentos eu sofria por ser diferente, por ser diferente da norma e do padrão.

Agora trazendo para os dias atuais, eu sempre penso nos meus alunos e em suas dificuldades ou facilidades de acordo com as minhas próprias vivências. Penso que da mesma forma em que eu tinha as minhas singularidades e particularidades meus alunos também têm. Pode parecer óbvio essa sentença, mas não é! Se todos os professores pensassem assim eu não teria sofrido violências por parte daquela infeliz professora. Infeliz no sentido de não entender a cidadania e a construção do sujeito, ou como melhor explica a professora Rios (2010, p. 120) quando cunhou o termo felicidadania para explicar que "a associação de

felicidade e cidadania se dá na medida em que o exercício da cidadania é possibilitador da experiência da felicidade."

Então, voltando às vozes das pessoas com deficiência, ao pensarmos nos discursos dessas pessoas temos duas possibilidades: a primeira é o descarte de sua condição sócio-histórica, ver como pessoa desprovida de experiências e que sempre será invalidada devido ao olhar apenas biológico do ser, infelizmente é um pensamento recorrente na sociedade; a segunda é considerar as experiências das pessoas com deficiência como uma diversidade, uma forma singular de viver e sentir o mundo, não olhando apenas para o biológico e sim indo além, pois o humano é um ser inacabado e que está em constante transformação.

Segundo Freire (1989), a leitura de mundo antecede a leitura das letras, portanto, antes de ser alfabetizado, ou de antes do contato com uma leitura nova, há a leitura de mundo. Essa leitura está intrinsecamente relacionada às relações sociais e é na relação social que novas aprendizagens ocorre dando espaço para a quebra de preconceitos por entender o diferente. Pelo menos deve ser.

E foram nessas leituras de mundo dentro da sala de aula, numa exposição dialogada sobre o diferente que a pesquisadora e professora começou a observar o seu passado. Foi diante do discurso de alunos, na livre espontaneidade de críticas construtivas que deu-se o espaço para falar de dificuldades de alfabetização, dificuldades de aprendizagem, respeito à subjetividade de cada um. Naqueles momentos, o tema gerador (FREIRE, 1983) foi as deficiências, embora a professora ainda não soubesse que era pessoa com deficiência. Naquele ano de 2020, foi que me descobri autista e foi por meio da passagem da consciência ingênua à consciência crítica do qual Álvaro Vieira Pinto (1987, p. 59, 60) descreve de forma bem marcante:

> "consciência ingênua é aquela que – cabe à análise filosófica examinar - não inclui em sua representação da realidade exterior e de si mesma a compreensão das condições e determinantes que fazem pensar tal como pensa. [...]Consciência crítica é a representação mental do mundo exterior e de si, acompanhada da clara percepção dos condicionamentos objetivos que a fazem ser tal representação. Inclui necessariamente a referência à objetividade como origem de seu modo de ser, o que implica compreender que o mundo objetivo é uma totalidade dentro do qual se encontra inserida."

Foi na reflexão sobre os condicionantes sociais que me fizeram refletir sobre mim

mesma, sobre o meu ser no mundo e naquele momento de reflexão em sala de aula me fizeram refletir sobre eu ser professora. Através daqueles diálogos com os alunos dos quais levantaram características peculiares sobre a minha pessoa que pude me conhecer. Então posso afirmar indubitavelmente que uma práxis pedagógica verdadeiramente dialética possibilita o professor e o educando transformar a sua condição social. Naquelas circunstâncias, começou com um diálogo sobre a diferença e terminou num consultório médico.

Quando uma pessoa adulta se descobre autista a princípio vem a negação devido aos estereótipos que temos sobre o autismo. Aqui entra as questões de gênero, idade, nível de suporte e cognição. Comumente dizem que autistas são, em sua maioria, homem, criança, nível severo e com deficiência intelectual. Isso é uma falácia, pois autismo é um espectro e como tal apresenta inúmeras formas de autistas. Cabe ressaltar que o autismo feminino diverge do masculino por questões biológicas e as mulheres costumam mascarar suas características para serem aceitas na sociedade. Também é importante frisar que os métodos de análise têm como base o perfil masculino e muitas mulheres não se descobrem autistas devido ao machismo preponderante nas análises clínicas. Maranhão (2019) destaca muito bem as diferenças entre autismo feminino e autismo masculino, um olhar criterioso faz toda a diferença na vida humana.

O conhecimento sobre mim de consciência crítica possibilitou-me a emancipação social. O que digo pode parecer pedante – inclusive esse é um termo que frequentemente escuto e que é uma das características de pessoas autistas -, mas ter consciência sobre mim possibilitou-me ser quem eu sou, sem mascaramento, posso fazer minhas estereotipias sem medo ou vergonha de ser quem sou, posso ter um discurso pedante, formal, criterioso sem medo, posso ter escolhas e enfrentar o capacitismo porque hoje eu sei quem sou e tenho voz para isso, e lutarei quando não tiver.

Dito isto, se ter consciência crítica sobre si e de seus condicionantes sociais e agir neles indo de/ao encontro quando julgar pertinente não é emancipação social, então o que é?

Sobre o que você precisa pensar que parta da consciência ingênua para a consciência crítica que te possibilite à emancipação social? Lanço mão dessa reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo**: território em disputa. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo, Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo**: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. (org) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 129-150

MARANHÃO, Leonardo. **Autismo no universo feminino**: histórias de meninas e mulheres com o transtorno. São Paulo: Segmento Farma, 2019.

MELLO, Anahi Guedes de**. O que é capacitismo?.** Disponível em: https://www.inclusive.org.br/arquivos/29958. Acesso em: 30 out. 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.